



DADOS GERAIS		
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA		
I. REGÊNCIA LEGAL		
Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com base no art. nº 75, inciso II, e pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, Decreto nº 12.343/2024, Decreto Municipal nº 05/2024 pelas condições previstas neste termo e seus anexos, mediante as seguintes condições:		
II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR DEMANDANTE		
PREFEITURA DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE		
III. PROCESSO LICITATÓRIO	IV. MODALIDADE	
Nº 015/2025	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025	
V. OBJETO		
Constitui objeto do presente Dispensa Eletrônica a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado, conforme o Termo de Referência.		
VI. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VII. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S)	
“Menor preço” Julgamento por Preço Global	Vigência até: 31/12/2025 Prazo de execução conforme Termo de Referência	
VIII. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO		
LOCAL DO PROCESSO	www.bnc.org.br - Acesso Identificado no link “acesso público”	
DATA LIMITE para acolhimento das propostas	04/02/2025 às 08h00min (horário de Brasília - DF)	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS/FASE DE LANCES	04/02/2025 às 08h10min até às 14h10min do dia 04/02/2025	
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA	
IX. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:		
ANEXOS	I	Especificações do Objeto/Termo de Referência;
	II	Modelo de Proposta de Preços;
	III	Modelo de Declaração de que não emprega menor de idade;
	IV	Modelo de Declaração de inexistência de fatos supervenientes;
	V	Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
	VI	Modelo de Declaração de que aceita e se submete às condições do Edital;
	VII	Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência;
	VIII	Minuta do Contrato.
X. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL		
Na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, localizada na Praça São Félix, nº 20, Centro, CEP 55.665-000, Camocim de São Félix/PE, no horário das 08h00min às 13h00min; através de solicitação via e-mail: cpl.camocimsfelix@gmail.com ; na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMCSF (https://Camocim.de.São.Félix.pe.gov.br/) ou ainda através do site da BNC (http://bnc.org.br/).		



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

PREÂMBULO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE**, por ordem de seu Exmo. Sr. Gestor, através da Comissão Permanente de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto nº 12.343/2024, Decreto Municipal nº 05/2024 e demais legislação aplicável.

LOCAL, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PROCESSO	www.bnc.org.br - Acesso Identificado no link “acesso público”
DATA LIMITE para acolhimento das propostas	04/02/2025 às 08h00min (horário de Brasília - DF)
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS/FASE DE LANCES	04/02/2025 às 08h10min até às 14h10min do dia 04/02/2025
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
Dados para contato	
Presidente: José Edmilson dos Santos	E-mail: cpl.camocimsfelix@gmail.com
Endereço: Praça São Félix, nº 226, Centro, CEP: 55.695-000 – Camocim de São Félix – PE.	Fone: (81) 3748-1156
OBSERVAÇÕES:	
▪ SERÁ APLICADO, NO PRESENTE PROCESSO, O TRATAMENTO DIFERENCIADO (art. 48, I e III, LC 123/2006) ÀS ME's e EPP's, NOS TERMOS DO ART. 49, INC. II, DA LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006, TENDO EM VISTA O VALOR ESTIMADO ESTÁ DENTRO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA O TRATAMENTO DIFERENCIADO.	

O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consulta através do próprio sistema no campo “mensagens”, ou pelo e-mail: cpl.camocimsfelix@gmail.com. As consultas serão respondidas diretamente no sítio <http://bnc.org.br/>, no campo “mensagens”, no link correspondente a este Edital.



A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.

Para participar desta Dispensa de Licitação, faz-se necessário prévio cadastro da empresa proponente no sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC**. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do **Bolsa Nacional de Compras - BNC** com <http://bnc.org.br/sistema/>.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Dispensa Eletrônica a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à empresa proponente a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1 O Valor total estimado para a contratação é de **R\$ 62.092,67 (sessenta e dois mil noventa e dois reais e sessenta e sete centavos)**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários alocados para o pagamento do objeto da pleiteada contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
02.07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02.07.03	MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO IMPOSTO E TRANSF
12.361.0007.2080.0000	TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE SERV
	OPÚB MUNICIPAIS
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA



1
02.08
02.08.02
12.361.0120.2274.0000
3.3.90.39

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO
FUNDEB
GESTÃO EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

1
02.07
02.07.04
12.361.0120.2272.0000
3.3.90.39

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO - RECURSOS
MANUTENÇÃO DAS DESP VINCULADAS A CONTRIBUIÇÃO
SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para fins de participação nesta Dispensa, os interessados deverão credenciar-se junto ao sistema eletrônico da **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no site <http://bnc.org.br/>, para então **cadastrar** sua proposta e a documentação **antes** do horário fixado neste edital para o recebimento das propostas.

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da empresa proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Dispensa Eletrônica.

4.3 A empresa proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

4.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no <http://bnc.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS PROPONTES NESTA DISPENSA ELETRÔNICA

5.1 Poderão participar desta Dispensa interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste processo, e que estejam com Credenciamento regular no <http://bnc.org.br/>.



- 5.2 As empresas proponentes deverão utilizar a pagina <http://bnc.org.br/> para acesso ao Sistema.
- 5.3 **Não poderão participar desta licitação/dispensa os interessados:**
- 5.3.1 Empresas que não tenham providenciado o credenciamento prévio na plataforma da BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC;
- 5.3.2 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.3 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.3.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.3.5 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.3.6 Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As empresas que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;
- 5.3.7 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.3.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item, diretamente no sítio <http://bnc.org.br/>
- 6.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 6.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



- 6.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 6.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 6.9.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.9.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 6.9.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 6.9.4 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 6.9.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 6.9.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7. DA FASE DE LANCES

- 7.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente



por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

7.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2.1 *O lance deverá ser ofertado pelo valor global.*

7.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

7.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

- 8.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 8.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 8.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 8.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 8.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.5 Será **DESCLASSIFICADA** a proposta vencedora que:
- 8.5.1 Contiver vícios insanáveis;
 - 8.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 8.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 8.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



8.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.8.1.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9 – DA CONSULTA PRÉVIA AO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Fornecedores Penalizados pelo Estado de Pernambuco (http://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gbp/PREmitirFornecedorPenalidade);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/responsabilizacao-publica/licitantesinidoneas/licitantesinidoneas.htm>).

9.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Para fins de habilitação a este Processo, **deverão** as interessadas apresentar os seguintes documentos:

10.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada**, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.3 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.2.4 - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI disponibilizado no Portal do Microempreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), e

10.2.5 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS.: Os documentos acima deverão, quando for o caso, estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como da cópia da Cédula de Identidade e do CPF do(s) representante(s) legal(is) da empresa.

10.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.3.2 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação/dispensa, através de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, equivalente a, no mínimo, **30% (trinta por cento)** do quantitativo previsto neste processo, com a finalidade de comprovação.

10.3.2.1 – A Comissão de Licitação poderá promover diligência destinada à comprovação da veracidade dos atestados fornecidos, solicitando apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessários.

10.3.2.2 - Não será permitido atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado no **qual o próprio licitante seja contratante.**

10.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.4.1 - Certidão negativa de falência, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias** anteriores à sessão pública inaugural de processamento desta Dispensa.

10.4.1.1 - As empresas sediadas em Pernambuco, **além da** apresentação da Certidão negativa de falência, de recuperação judicial e/ou extrajudicial exigida no subitem supra, **também deverão apresentar as certidões** referentes ao Processo Judicial Eletrônico (PJ-e) “**CERTIDÃO LICITAÇÃO**”, de **primeiro e segundo grau**, emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do site <https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>, conforme determina a Instrução Normativa do TJPE nº 07, de 02/06/2014.

10.4.1 - Balanço Patrimonial, referente aos 02(dois) últimos exercícios já exigível e apresentado na forma da Lei;

10.4.2 - Os licitantes que forem Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA) deverão apresentar no envelope de habilitação, cópia do Balanço Patrimonial já exigível, na forma da lei, com cópia das páginas do livro Diário onde consta o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, inclusive os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.4.2.1 - Em sendo sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima), Balanço Patrimonial publicado no Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.4.2.2 - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

10.4.2.3 - Sociedades criadas no exercício em curso deverão apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.4.2.4 - A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **iguais ou maiores que 01**, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{l}
 \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{array}$$

10.4.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

10.4.4. Caso o memorial não seja apresentado, à Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

10.4.5. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.4.6. Os balanços emitidos via sistema público de escrituração fiscal digital - SPED Fiscal serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 - A, § 1º e 2º do Decreto nº 1800/1996, alterado pelo Decreto nº 8.683/2016.

10.5 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

10.5.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme disciplinado na Portaria **Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;**

10.5.3 - Prova de regularidade para com as Fazendas **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da empresa proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.5.4 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS)**, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.5.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.6 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88:

10.6.1 - Declaração da empresa proponente de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

10.7 – OUTRAS DECLARAÇÕES/DOCUMENTOS:

10.7.1 - Declaração da empresa, sob a penalidade da lei, da inexistência de superveniência de fato impeditivo após o cadastramento, que a impeça de participar do processo de dispensa eletrônica de licitação (**modelo Anexo IV**);

10.7.2 - Declaração de que a empresa proponente é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**modelo Anexo V**).

10.7.3 - Declaração de que a PROPONENTE aceita e se submete a todas as condições estabelecidas neste EDITAL, seus anexos, ou em qualquer outro documento complementar que a COMISSÃO DE LICITAÇÃO venha a editar até a data da realização da Dispensa de Licitação (**modelo Anexo VI**).

10.7.4 – Declaração de que a empresa proponente cumpre e as exigência de reserva de cargos para pessoas com deficiência. (**modelo Anexo VII**).

10.8 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

10.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.10 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.11 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.12 - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

10.13 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

10.14 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

11 DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 11.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 11.2.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (Cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 11.2.1.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 11.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 11.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 11.4 O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 11.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12 SANÇÕES

- 12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 12.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.1.3 a 12.1.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O procedimento será divulgado na plataforma da **Bolsa Nacional de Compras – BNC**, através do link <http://bnc.org.br/sistema/> e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.2.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

13.2.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.2.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.



13.2.1.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3 As providências dos subitens 13.2.1 e 13.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

13.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

13.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

13.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

29-12-1955 Camocim de São Félix-PE, 28 de janeiro de 2025.

JOSÉ EDMILSON DOS SANTOS
Agente de Contratação



TERMO DE REFERÊNCIA

Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado”.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A presente solicitação de tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado”.

2. DA JUSTIFICATIVA:

O cenário educacional contemporânea demanda constantes adaptações às rápidas mudanças tecnológicas e sociais, exigindo que a escola se reinvente para oferecer um ensino que seja, ao mesmo tempo, inclusivo e de qualidade. Em um contexto de diversidade crescente, onde as necessidades e ritmos de aprendizagem dos estudantes são cada vez mais heterogêneos, é imprescindível que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com essas particularidades de forma eficaz e inovadora.

A integração das tecnologias no ambiente educacional emerge como uma estratégia poderosa para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, não apenas como ferramenta, mas como um meio de transformação pedagógica. O uso consciente dessas ferramentas permite personalizar o aprendizado, ajustar o conteúdo às necessidades específicas de cada aluno e criar práticas que incentivem o pensamento crítico e a autonomia.

Além disso, a formação contínua dos educadores é fundamental para que esses profissionais se sintam empoderados e confiantes ao aplicar novas metodologias em sua prática diária. Este projeto visa promover a capacitação técnica e pedagógica dos docentes da rede municipal, preparando-os para implementar abordagens inovadoras, como o uso de metodologias ativas e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), que atendem de forma personalizada às necessidades de cada estudante. Ao mesmo tempo, a inclusão de práticas para o manejo de comportamentos desafiadores, especialmente em contextos de educação especial, contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, seguro e empático. Isso é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, possam desenvolver seu potencial de forma plena. Portanto, este projeto se justifica pela necessidade urgente de capacitar os educadores da rede municipal de ensino para que possam promover uma educação transformadora e inclusiva, que atenda às demandas de um mundo em constante mudança, mas que também respeite e valorize as particularidades de cada estudante. A formação proposta não só almeja aprimorar as práticas pedagógicas, mas também fortalecer a relação entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de colaboração e aprendizado contínuo.

3. DO OBJETO



O objeto dos serviços propostos é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado”.

4. PÚBLICO-ALVO

Palestra e WorkShops

Professores da Educação Infantil – 30 profissionais;

Professores dos Anos Iniciais – 74 profissionais;

Professores dos Anos Finais – 57 profissionais;

Professores da EJA – Educação de Jovens e Adultos – 7 profissionais;

Professores do AEE – Atendimento Educacional Especializado – 8 profissionais;

Auxiliar do professor de AEE – 35 profissionais;

Gestores e Coordenadores das escolas da rede municipal de ensino - 35 profissionais;

Total de profissionais: 246.

Palestra

Assistentes Administrativos, Auxiliares de Serviços Gerais, Merendeiras e Motoristas – 184 profissionais.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

Carga Horária Total do Projeto: 8 horas

OR D.	PÚBLICO	PALESTRA/OFICINA/ABORDAGEM	OBJETIVO	QTD DE PROFISSIONAIS	QTD DE TURMAS	CARGA HORÁRIA POR TURMA
	Geral	Palestra: Educação Integrada e Transformadora: Construindo Caminhos Tecnológicos para o Aprendizado	Inspirar e conscientizar os profissionais sobre a importância de abordagens educacionais inovadoras. Serão discutidos os desafios e as possibilidades oferecidas pela integração tecnológica no ensino, destacando sua contribuição para a personalização da aprendizagem e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.	430	Única	2 horas.
	Professores da Educação Infantil	PDI - Plano de Desenvolvimento Individual: Estrutura e Elaboração	Abordar a importância da elaboração e implementação de PDIs no contexto da educação infantil. Serão apresentadas estratégias para a identificação de necessidades individuais e o desenvolvimento de planos que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.	30	1	6 horas.
	Professores dos Anos Iniciais	PDI - Plano de Desenvolvimento Individual: Estrutura e Elaboração	Focado na fase de alfabetização, este segmento oferecerá ferramentas práticas para a criação de PDIs eficazes, considerando as necessidades individuais e o ritmo de aprendizado de cada estudante, promovendo o desenvolvimento pleno.	74	2	6 horas

Professores dos Anos Finais	Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais	A oficina será dedicada à exploração de metodologias ativas, como a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em projetos, aliadas ao uso de ferramentas digitais. O foco é promover o engajamento e a aprendizagem significativa em diferentes áreas do conhecimento.	57	2	6 horas
Professores da EJA	Tecnologias e Práticas Inovadoras para o Ensino de Jovens e Adultos	Serão discutidas metodologias inovadoras voltadas ao ensino de jovens e adultos, com foco na utilização de recursos tecnológicos e abordagens personalizadas que valorizem as trajetórias individuais de aprendizagem.	7	1	6 horas
Professores do AEE	Como Lidar com os Comportamentos das Crianças Atípicas	Construir estratégias práticas para identificar e lidar com comportamentos desafiadores de crianças atípicas, fornecendo orientações sobre como promover um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.	8	1	6 horas
Profissionais de Apoio AEE	Como Lidar com os Comportamentos das Crianças Atípicas	Construir estratégias práticas para identificar e lidar com comportamentos desafiadores de crianças atípicas, fornecendo orientações sobre como promover um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.	35	1	6 horas
Gestores e Coordenadores Escolares	Liderança Pedagógica e Gestão para Resultados	Esta oficina visa fortalecer a liderança educacional, abordando práticas de gestão pedagógica focadas em resultados. Serão discutidos o monitoramento de indicadores de aprendizado, a condução de reuniões pedagógicas produtivas e estratégias para a promoção de uma cultura de colaboração e inovação nas escolas.	35	1	6 horas

6. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total da prestação de serviços é de **R\$ 62.092,67 (sessenta e dois mil noventa e dois reais e sessenta e sete centavos)**.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. A Contratação será realizada por **DISPENSA ELETRÔNICA** em conformidade com a Lei 14.133.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O fornecedor apresentará a Nota Fiscal de forma eletrônica a qual será encaminhada para pagamento após atestada a prestação do serviço.

Após a devida conferência pelo setor competente, o pagamento será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada ao Departamento de Financeiro.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação do serviço e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

10. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1. Emitir a nota de empenho para garantir o pagamento da despesa;

10.2. Receber e atestar a nota fiscal do serviço, através do setor demandante, garantindo que o serviço foi executado a contento;

10.3. Efetuar o pagamento na forma prevista no TR.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

IV. Multa:



(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei n. 14.133).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

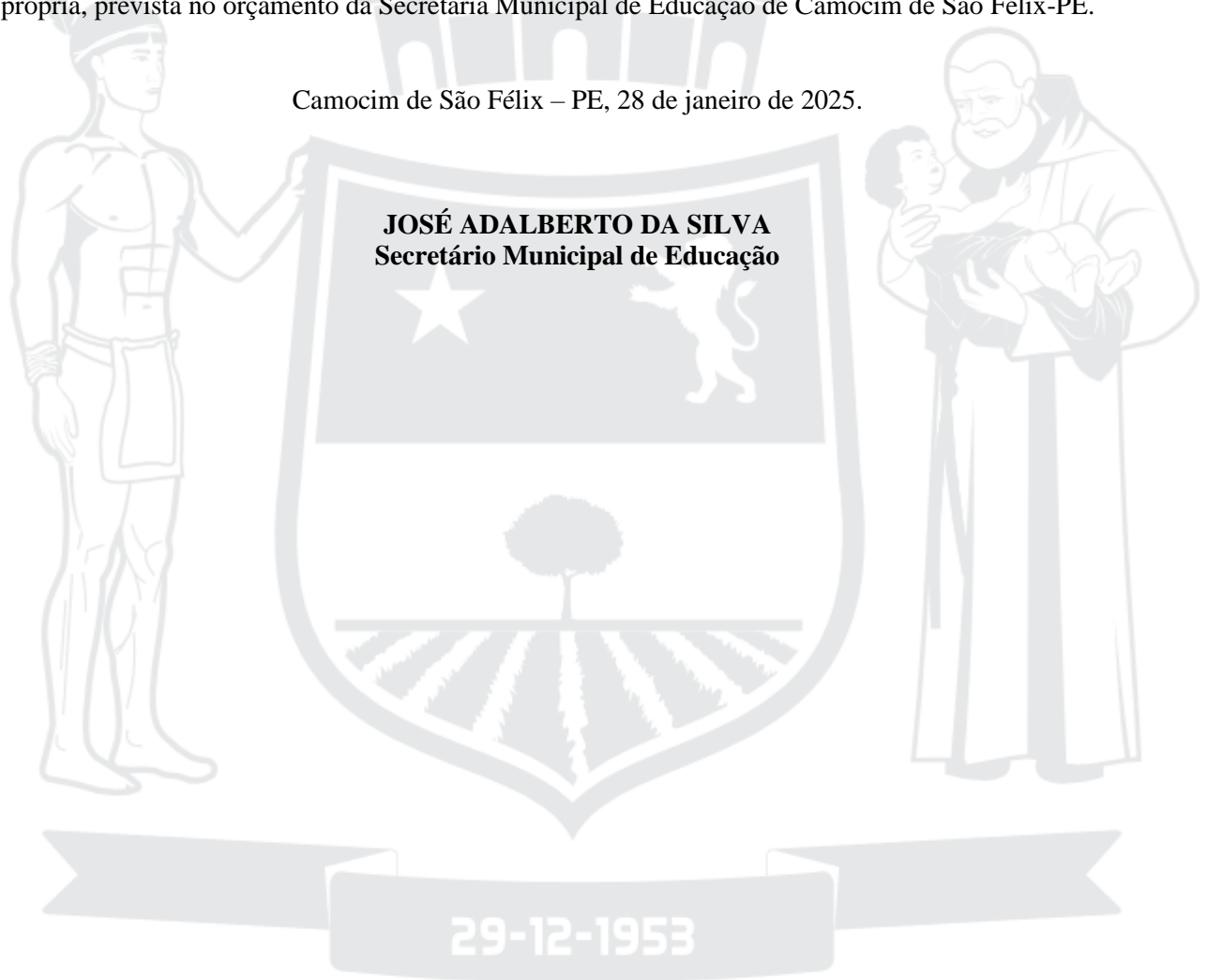
11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei n. 14.133).
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Educação de Camocim de São Félix-PE.

Camocim de São Félix – PE, 28 de janeiro de 2025.



ANEXO I

Detalhamento na composição de custos


FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
1. Palestra para Todos os Profissionais							
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Carga Horária	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1.1	Seminários	1	Seminários - devendo ser ministrados por profissionais com formação em mestrado ou doutorado, tendo publicações sobre os temas abordados, podendo ser: livros, artigos de livros, artigos em anais da educação, entre outros, e cujo notório saber é devidamente consagrado perante a opinião pública por prestar serviços de natureza singular.	2	Hora-Aula	R\$ 3.166,67	R\$ 6.333,33
1.2	Aluguel de Telão de LED	1	Telão de Led com grid. Tam 3m x 1,5.	1	Diária	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67
1.3	Equipamento de Som	1	Conjunto de equipamento de som, com operador, incluindo caixas, mesa distribuidora e microfones. Equipamento com potência suficiente para alcance em ambiente amplo.	1	Diária	R\$ 1.133,33	R\$ 1.133,33
1.4	Banner em lona	1	Produção de Banner 3,00 x 2,00m para utilizar em grid com as mesmas medidas;	1	Unidade	R\$ 566,67	R\$ 566,67
1.5	Grid para lona	1	Armação em aço para exposição de banner expositivo da formação com medidas mínimas de 3x2m. Além da armação deverá estar calculado o valor de produção e impressão do banner.	1	Diária	R\$ 866,67	R\$ 866,67
Subtotal palestra							R\$ 11.566,67
2. Oficinas							
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Carga Horária	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. PAGAMENTO DE PESSOAL							
1.1	Workshops	9	Oficinas (workshops) - devendo ser ministrados por profissionais com formação em especialização, mestrado ou doutorado.	6	Hora Aula	R\$ 190,00	R\$ 10.260,00
1.2	Coordenação	1	Coordenação - Devendo ter experiência em coordenação de formações continuadas e ser pedagogo ou cursar pedagogia	16	Hora-Técnica	R\$ 163,33	R\$ 2.613,33
SUBTOTAL							R\$ 12.873,33
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por Cursista/sala	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

2. MATERIAIS DE CONSUMO							
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por coordenador, palestrante, oficineiro, ou cursista	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2.1	Kit sala	9	Kit composto por materiais de pedagógicos para realização das oficinas, a saber: papéis diversos (cartolinas, A4, papel madeira, papel 40kg), cola, tesoura, régua, lápis, canetas hidrográficas, caixas de som, extensão, pilotos, barbante, e todo e qualquer material necessário para realização da oficina).	1	Kit	R\$ 80,00	R\$ 720,00
2.2	Caneta esferográfica	246	Corpo transparente para total controle do consumo, corpo sextavado, não rola da mesa escrita fina e macia até o final.	1	Unidade	R\$ 1,30	R\$ 319,80
2.3	Bloco personalizado	246	Com capa colorida e 30 folhas 1/2 A4	1	Unidade	R\$ 6,33	R\$ 1.557,18
2.4	Pasta personalizada	246	Pasta personalizada com zip. Tamanho A4.	1	Unidade	R\$ 11,33	R\$ 2.787,18
3.1	Crachá	246	Impressão de crachá, tamanhos: largura 10cm x 14 altura - cm, policromia, papel cartão supremo 240g, com corda.	1	Unidade	R\$ 4,33	R\$ 1.065,18
3.2	Cerificado	246	Impressão de certificado no formato ofício, policromia, papel couché brilho 230g.	1	Unidade	R\$ 4,33	R\$ 1.065,18
3.3	Caderno de fundamentação teórica	246	Fornecimento de caderno de fundamentação teórica, no formato 21x29,7cm, com até 100 páginas, capa 4/4, brilho na capa, com espiral.	1	Unidade	R\$ 15,67	R\$ 3.854,82
SUBTOTAL							R\$ 11.369,34
4. ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM							
4.1	Diária para alimentação, hospedagem e deslocamento dos instrutores, oficineiros (9 oficineiros + 1 palestrante + 1 coordenador x 1 dias, totalizando 11 diárias)	11	Diária para alimentação, hospedagem e deslocamento dos palestrantes e oficineiros/ sendo o deslocamento feito em carro passeio individual, com ar-condicionado; alimentação a la carte ou buffet compreendendo café da manhã, almoço e jantar; hospedagem com acomodação em suíte climatizada, com tv, frigobar.	1	Diária	R\$ 166,67	R\$ 1.833,33
4.2	Café da Manhã para Público Total	430	Alimentação unitária para público total do evento, presentes em momento inicial de Palestra e recepção, incluindo: pães, bolos diversos, frutas, suco, água e café.	1	Kit	R\$ 19,00	R\$ 8.170,00

4.2	Diária para alimentação dos cursistas. (246 pessoas x 1 dia).	246	Diária para alimentação dos cursistas, em estrutura de buffet compreendendo 1 coffe break composto de: pães diversos, biscoitos diversos, sanduíches, sucos diversos, refrigerantes diversos; o almoço deve ser composto de: 1 tipo de feijão, 1 tipo de arroz, 1 tipo de massas (macarrão entre outros), saladas, 2 tipos de carne (grelhado, ao molho, assado), 1 tipo de suco e 1 refrigerante;	1	Kit	R\$ 56,67	R\$ 13.940,00
SUBTOTAL							R\$ 23.943,33
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por cursista	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5. EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL							
5.1	Projektor de imagem	9	Locação de projetor	1	Diária	R\$ 260,00	R\$ 2.340,00
SUBTOTAL							R\$ 2.340,00
Valor total do Projeto							R\$ 62.092,67

JOSÉ ADALBERTO DA SILVA
Secretário de Educação, Cultura e Turismo

29-12-1953



PROJETO DE FORMAÇÃO DE ABERTURA DO ANO LETIVO PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

“Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o
aprendizado”



APRESENTAÇÃO

Ofertar este encontro inicial na abertura do ano letivo da rede municipal de Ensino de Camocim de São Félix – PE, é uma iniciativa estratégica, visando o fortalecimento, a qualidade do ensino e a preparação técnica dos profissionais que compõe a rede municipal de ensino. Diante dos desafios contemporâneos da educação, a integração de práticas pedagógicas inovadoras e o uso de tecnologias se tornam cada vez mais essenciais para promover a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes. Esta formação busca não apenas apresentar novos conceitos, mas também capacitar os educadores para aplicá-los de forma prática e significativa no cotidiano escolar. Investir na formação continuada de profissionais da educação é uma estratégia comprovada para elevar os índices de aprendizagem e promover uma escola mais inclusiva e acolhedora. A capacitação fortalece a prática docente, amplia o repertório pedagógico e estimula a troca de experiências entre os profissionais, favorecendo a criação de uma rede colaborativa de aprendizado. O enfoque na personalização do ensino, por meio do PDI, reforça o compromisso da rede com o atendimento às especificidades de cada estudante, considerando seus ritmos e formas de aprendizagem. Da mesma forma, a abordagem sobre o manejo comportamental das crianças atípicas e o fortalecimento da liderança pedagógica contribuem diretamente para a construção de ambientes escolares mais seguros, empáticos e produtivos.

A proposta abrange uma palestra inspiradora e oficinas técnicas voltadas para diferentes segmentos da educação, contemplando desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos (EJA). Cada módulo foi cuidadosamente planejado para responder às necessidades específicas de cada grupo, com foco em temas como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas inclusivas. A formação visa promover um alinhamento entre teoria e prática, garantindo que os conhecimentos adquiridos sejam aplicáveis e relevantes ao contexto escolar.

Essa formação, portanto, se estabelece como uma base essencial para a promoção de uma educação transformadora, em que a tecnologia e as práticas inovadoras funcionam como instrumentos de potencialização do aprendizado. A expectativa é que, ao final do evento, os participantes se sintam mais preparados e motivados para enfrentar os desafios do ano letivo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da rede municipal de ensino e, acima de tudo, para a formação integral dos estudantes.

JUSTIFICATIVA

O cenário educacional contemporânea demanda constantes adaptações às rápidas mudanças tecnológicas e sociais, exigindo que a escola se reinvente para oferecer um ensino que seja, ao mesmo tempo, inclusivo e de qualidade. Em um contexto de diversidade crescente, onde as necessidades e ritmos de aprendizagem dos estudantes são cada vez mais heterogêneos, é imprescindível que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com essas particularidades de forma eficaz e inovadora.

A integração das tecnologias no ambiente educacional emerge como uma estratégia poderosa para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, não apenas como ferramenta, mas como um meio de transformação pedagógica. O uso consciente dessas ferramentas permite personalizar o aprendizado,



ajustar o conteúdo às necessidades específicas de cada aluno e criar práticas que incentivem o pensamento crítico e a autonomia.

Além disso, a formação contínua dos educadores é fundamental para que esses profissionais se sintam empoderados e confiantes ao aplicar novas metodologias em sua prática diária. Este projeto visa promover a capacitação técnica e pedagógica dos docentes da rede municipal, preparando-os para implementar abordagens inovadoras, como o uso de metodologias ativas e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), que atendem de forma personalizada às necessidades de cada estudante. Ao mesmo tempo, a inclusão de práticas para o manejo de comportamentos desafiadores, especialmente em contextos de educação especial, contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, seguro e empático. Isso é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, possam desenvolver seu potencial de forma plena. Portanto, este projeto se justifica pela necessidade urgente de capacitar os educadores da rede municipal de ensino para que possam promover uma educação transformadora e inclusiva, que atenda às demandas de um mundo em constante mudança, mas que também respeite e valorize as particularidades de cada estudante. A formação proposta não só almeja aprimorar as práticas pedagógicas, mas também fortalecer a relação entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de colaboração e aprendizado contínuo.

OBJETIVO

Capacitar os profissionais da rede municipal de ensino de Camocim de São Félix – PE, por meio de uma formação técnica e integrada, visando a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e o uso de tecnologias educacionais como ferramentas estratégicas para a melhoria contínua da qualidade do aprendizado, promovendo um ensino mais inclusivo, personalizado e transformador. O foco está em promover a melhoria contínua do aprendizado, o desenvolvimento profissional e a reflexão sobre práticas educacionais mais inclusivas e personalizadas.

Este objetivo é alcançado ao proporcionar aos educadores recursos para aplicar metodologias ativas, personalizar o ensino com o uso do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e adotar estratégias para o manejo de comportamentos atípicos, garantindo, assim, uma educação mais equitativa e centrada no aluno.

PÚBLICO-ALVO

Professores da Educação Infantil – 30 profissionais;

Professores dos Anos Iniciais – 74 profissionais;

Professores dos Anos Finais – 57 profissionais;

Professores da EJA – Educação de Jovens e Adultos – 7 profissionais;

Professores do AEE – Atendimento Educacional Especializado – 8 profissionais;

Auxiliar do professor de AEE – 35 profissionais;

Gestores e Coordenadores das escolas da rede municipal de ensino - 35 profissionais;

Assistentes Administrativos, Auxiliares de Serviços Gerais, Merendeiras e Motoristas – 184 Profissionais.*

Participantes só do momento de Inicial de Palestra e Recepção.

Total de profissionais: 430.



ESTRUTURA DA REALIZAÇÃO

Carga Horária Total do Projeto: 8 horas

OR D.	PÚBLICO	PALESTRA/OFICINA/ABORDAGEM	OBJETIVO	QTD DE PROFISSIONAIS	QTD DE TURMAS	CARGA HORÁRIA POR TURMA
	Geral	Palestra: Educação Integrada e Transformadora: Construindo Caminhos Tecnológicos para o Aprendizado	Inspirar e conscientizar os profissionais sobre a importância de abordagens educacionais inovadoras. Serão discutidos os desafios e as possibilidades oferecidas pela integração tecnológica no ensino, destacando sua contribuição para a personalização da aprendizagem e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.	246	Única	2 horas.
	Professores da Educação Infantil	PDI - Plano de Desenvolvimento Individual: Estrutura e Elaboração	Abordar a importância da elaboração e implementação de PDIs no contexto da educação infantil. Serão apresentadas estratégias para a identificação de necessidades individuais e o desenvolvimento de planos que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.	30	1	6 horas.
	Professores dos Anos Iniciais	PDI - Plano de Desenvolvimento Individual: Estrutura e Elaboração	Focado na fase de alfabetização, este segmento oferecerá ferramentas práticas para a criação de PDIs eficazes, considerando as necessidades individuais e o ritmo de aprendizado de cada estudante, promovendo o desenvolvimento pleno.	74	2	6 horas
	Professores dos Anos Finais	Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais	A oficina será dedicada à exploração de metodologias ativas, como a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em projetos, aliadas ao uso de ferramentas digitais. O foco é promover o engajamento e a aprendizagem significativa em diferentes áreas do conhecimento.	57	2	6 horas
	Professores da EJA	Tecnologias e Práticas Inovadoras para o Ensino de Jovens e Adultos	Serão discutidas metodologias inovadoras voltadas ao ensino de jovens e adultos, com foco na utilização de recursos tecnológicos e abordagens personalizadas que valorizem as trajetórias individuais de aprendizagem.	7	1	6 horas
	Professores do AEE	Como Lidar com os Comportamentos das Crianças Atípicas	Construir estratégias práticas para identificar e lidar com comportamentos desafiadores de crianças atípicas, fornecendo orientações sobre como promover um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.	8	1	6 horas

Profissionais de Apoio AEE	Como Lidar com os Comportamentos das Crianças Atípicas	Construir estratégias práticas para identificar e lidar com comportamentos desafiadores de crianças atípicas, fornecendo orientações sobre como promover um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.	35	1	6 horas
Gestores e Coordenadores Escolares	Liderança Pedagógica e Gestão para Resultados	Esta oficina visa fortalecer a liderança educacional, abordando práticas de gestão pedagógica focadas em resultados. Serão discutidos o monitoramento de indicadores de aprendizado, a condução de reuniões pedagógicas produtivas e estratégias para a promoção de uma cultura de colaboração e inovação nas escolas.	35	1	7 horas

METODOLOGIA

A formação será desenvolvida de forma expositiva e interativa, integrando momentos de reflexão, estudo de casos, atividades práticas e dinâmicas em grupo. As oficinas serão conduzidas de forma a permitir a troca de experiências entre os participantes, promovendo o aprendizado colaborativo.

PLANILHA DE CUSTOS

FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
1. Palestra para Todos os Profissionais							
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Carga Horária	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1.1	Seminários	1	Seminários - devendo ser ministrados por profissionais com formação em mestrado ou doutorado, tendo publicações sobre os temas abordados, podendo ser: livros, artigos de livros, artigos em anais da educação, entre outros, e cujo notório saber é devidamente consagrado perante a opinião pública por prestar serviços de natureza singular.	2	Hora-Aula	R\$ 3.166,67	R\$ 6.333,33
1.2	Aluguel de Telão de LED	1	Telão de Led com grid. Tam 3m x 1,5.	1	Diária	R\$ 2.666,67	R\$ 2.666,67
1.3	Equipamento de Som	1	Conjunto de equipamento de som, com operador, incluindo caixas, mesa distribuidora e microfones. Equipamento com potência suficiente para alcance em ambiente amplo.	1	Diária	R\$ 1.133,33	R\$ 1.133,33
1.4	Banner em lona	1	Produção de Banner 3,00 x 2,00m para utilizar em grid com as mesmas medidas;	1	Unidade	R\$ 566,67	R\$ 566,67

1.5	Grid para lona	1	Armação em aço para exposição de banner expositivo da formação com medidas mínimas de 3x2m. Além da armação deverá estar calculado o valor de produção e impressão do banner.	1	Diária	R\$ 866,67	R\$ 866,67
Subtotal palestra							R\$ 11.566,67
2. Oficinas							
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Carga Horária	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. PAGAMENTO DE PESSOAL							
1.1	Workshops	9	Oficinas (workshops) - devendo ser ministrados por profissionais com formação em especialização, mestrado ou doutorado.	6	Hora Aula	R\$ 190,00	R\$ 10.260,00
1.2	Coordenação	1	Coordenação - Devendo ter experiência em coordenação de formações continuadas e ser pedagogo ou cursar pedagogia	16	Hora-Técnica	R\$ 163,33	R\$ 2.613,33
SUBTOTAL							R\$ 12.873,33
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por Cursista/sala	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2. MATERIAIS DE CONSUMO							
2.1	Kit sala	9	Kit composto por materiais de pedagógicos para realização das oficinas, a saber: papeis diversos (cartolinas, A4, papel madeira, papel 40kg), cola, tesoura, régua, lápis, canetas hidrográficas, caixas de som, extensão, pilotos, barbante, e todo e qualquer material necessário para realização da oficina).	1	Kit	R\$ 80,00	R\$ 720,00
2.2	Caneta esferográfica	246	Corpo transparente para total controle do consumo, corpo sextavado, não rola da mesa escrita fina e macia até o final.	1	Unidade	R\$ 1,30	R\$ 319,80
2.3	Bloco personalizado	246	Com capa colorida e 30 folhas 1/2 A4	1	Unidade	R\$ 6,33	R\$ 1.557,18
2.4	Pasta personalizada	246	Pasta personalizada com zip. Tamanho A4.	1	Unidade	R\$ 11,33	R\$ 2.787,18
3.1	Crachá	246	Impressão de crachá, tamanhos: largura 10cm x 14 altura - cm, policromia, papel cartão supremo 240g, com corda.	1	Unidade	R\$ 4,33	R\$ 1.065,18
3.2	Cerificado	246	Impressão de certificado no formato ofício, policromia, papel couché brilho 230g.	1	Unidade	R\$ 4,33	R\$ 1.065,18
3.3	Caderno de fundamentação teórica	246	Fornecimento de caderno de fundamentação teórica, no formato 21x29,7cm, com até 100 páginas, capa 4/4, brilho na capa, com espiral.	1	Unidade	R\$ 15,67	R\$ 3.854,82
SUBTOTAL							R\$ 11.369,34

Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por coordenador, palestrante, oficineiro, ou cursista	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4. ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E HOSPEDAGEM							
4.1	Diária para alimentação, hospedagem e deslocamento dos instrutores, oficineiros (9 oficineiros + 1 palestrante + 1 coordenador x 1 dias, totalizando 11 diárias)	11	Diária para alimentação, hospedagem e deslocamento dos palestrantes e oficineiros/ sendo o deslocamento feito em carro passeio individual, com ar-condicionado; alimentação a la carte ou buffet compreendendo café da manhã, almoço e jantar; hospedagem com acomodação em suíte climatizada, com tv, frigobar.	1	Diária	R\$ 166,67	R\$ 1.833,33
4.2	Café da Manhã para Público Total	430	Alimentação unitária para público total do evento, presentes em momento inicial de Palestra e recepção, incluindo: pães, bolos diversos, frutas, suco, água e café.	1	Kit	R\$ 19,00	R\$ 8.170,00
4.2	Diária para alimentação dos cursistas. (246 pessoas x 1 dia).	246	Diária para alimentação dos cursistas, em estrutura de buffet compreendendo 1 coffe break composto de: pães diversos, biscoitos diversos, sanduíches, sucos diversos, refrigerantes diversos; o almoço deve ser composto de: 1 tipo de feijão, 1 tipo de arroz, 1 tipo de massas (macarrão entre outros), saladas, 2 tipos de carne (grelhado, ao molho, assado), 1 tipo de suco e 1 refrigerante;	1	Kit	R\$ 56,67	R\$ 13.940,00
SUBTOTAL							R\$ 23.943,33
Ordem	Despesa	Qtd	Especificação Técnica	Qtd por cursiista	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5. EQUIPAMENTOS DE AUDIOVISUAL							
5.1	Projektor de imagem	9	Locação de projetor	1	Diária	R\$ 260,00	R\$ 2.340,00
SUBTOTAL							R\$ 2.340,00
Valor total do Projeto							R\$ 62.092,67

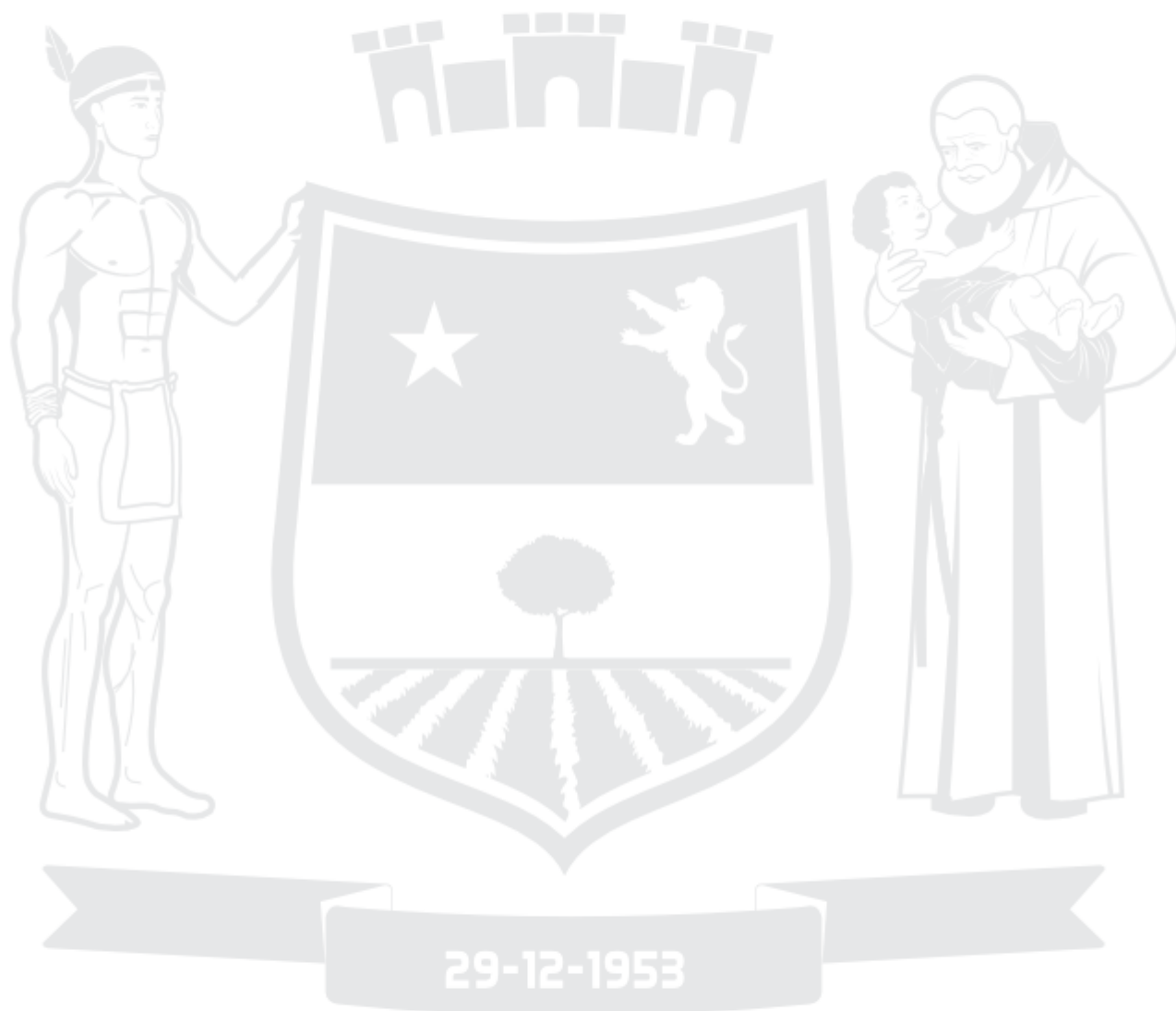
Avaliação e Encerramento: Ao final da formação, será conduzida uma avaliação coletiva com registro de percepções e sugestões. Os participantes poderão refletir sobre os conhecimentos adquiridos e propor melhorias para futuras ações formativas. Certificados de participação serão entregues ao término do evento.

Resultados Esperados:

- Profissionais da educação mais capacitados para aplicar práticas pedagógicas inovadoras.
- Implementação efetiva de PDIs em todas as etapas de ensino.
- Aumento do engajamento e personalização do ensino.

- Fortalecimento da liderança escolar e de práticas pedagógicas inclusivas.

Considerações Finais: Este projeto foi elaborado com base em diretrizes pedagógicas atualizadas e busca promover uma formação contínua, transformadora e alinhada aos princípios de uma educação integral e inclusiva. Acreditamos que o investimento em capacitação técnica e inspiradora é fundamental para a melhoria da qualidade do ensino na rede municipal.





ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2025

A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida no(a)vem, perante esta Comissão de Licitação, apresentar a seguinte proposta de preços para a prestação de serviço para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado”, conforme o Termo de Referência e descrição abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL ESTIMADO DO M ² R\$
VALOR TOTAL R\$				

Valor total da proposta: R\$(valor por extenso)

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução: conforme Edital;

Vigência do Contrato: Conforme edital.

Responsabilidades do fornecimento a serem executados: Conforme Edital/Termo de Referência.

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento dos equipamentos.

Declaramos, por fim, que concordamos com todos os termos do Edital.

Local,dede 2025.

Assinatura do representante legal da empresa
(identificação/nome/carimbo/etc)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° ____/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (_____).

Local e Data _____, ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

29-12-1953

OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° ____/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA**, sob a penalidade da lei, que inexistente superveniência de fato impeditivo, que a impossibilite de participar da **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO** supramencionada.

Local e Data _____, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

29-12-1953



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP OU MEI

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° ____/2025

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na Rua _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 3º da Lei Complementar n° 123 de 14.12.2006, que:

- a) se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL;
- b) a receita bruta anual não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do art. 3º e no §1º (MEI) do art. 18-A da Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006;
- c) não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º e §4º do art. 18-A da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2025.

29-12-1953

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ACEITA E SE SUBMETE ÀS CONDIÇÕES DO
EDITAL**

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° ____/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA** que aceita e se submete a todas as condições estabelecidas no Edital da **DISPENSA ELETRÔNICA N° ____/2025** e seus anexos, ou em qualquer outro documento complementar que a Comissão Permanente de Licitação venha a editar até a data da realização da licitação.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

29-12-1953



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIA DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em leis e em outras normas específicas.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

29-12-1953



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº ____/2025

PROCESSO Nº ____/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2025

MINUTA DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE E A EMPRESA _____.

Contrato de fornecimento que firmam, como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 10.766.129/0001-69, com sede no endereço: Praça São Félix, nº 20 – Centro – Camocim de São Félix-PE, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito **SOSTENES RUBANO NEVES PONTES**), brasileiro, casado, portador do RG nº. ____ - ____/____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade (Camocim de São Félix/PE), e como **CONTRATADA**, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, neste ato representada legalmente pelo Sr. _____ (inserir qualificação completa), nos termos da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2025**, com base no art. 75, II, da Nova Lei de Licitação n.º 14.133/2021, c/c Decreto nº 12.343/2024, Decreto Municipal nº 05/2024 e demais disposições legais aplicáveis, e pelas cláusulas e condições seguintes.

*Em caso de assinatura através de procurador, este deverá estar munido de instrumento **público de procuração**, nos termos do art. 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao processo de Dispensa e à proposta da contratada, rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 12.343/2024 e Decreto Municipal nº 05/2024, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto deste acordo a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização da Jornada Pedagógica de Abertura do Ano Letivo para profissionais da rede municipal de ensino, com o tema: “Educação integrada e transformadora: construindo caminhos tecnológicos para o aprendizado”, conforme descrito no Projeto Básico acostado ao processo Administrativo autuado.



§ 1º - Todo material e a mão de obra utilizados na execução dos serviços, objeto do presente contrato, serão de exclusiva e total responsabilidade da empresa Contratada.

§ 2º - São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo à DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, independentemente de transcrição, nos termos do art. 75, II, da Nova Lei de Licitação n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 12.343/2024, Decreto Municipal n.º 05/2024 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será até **31/12/2025**, tendo por termo inicial a data de sua assinatura (___/___/2025), podendo ser prorrogado, a critério da Contratante, nos termos do art. 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

§ 1º - O prazo para início dos serviços, objeto deste contratado, será imediato, após a assinatura do presente Termo Contratual, mediante a solicitação da administração através de Ordem de Serviços.

§ 2º - O presente contrato será extinto em caso de assinatura de novo contrato administrativo, oriundo de eventual processo licitatório, não sendo cabível nenhuma indenização pela resolução contratual (encerramento antecipado desta avença).

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 1º - O Contratante efetuará o pagamento das faturas referentes ao fornecimento, o objeto deste Contrato, respeitada as condições estabelecidas neste instrumento contratual;

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária, desde que respeitadas a condições a seguir:

a) A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o cumprimento do objeto estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município neste edital e em seus anexos.



b) O Município de CAMOCIM DE SÃO FÉLIX efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao licitante vencedor, após a apresentação da respectiva nota fiscal, no prazo de até 20 (vinte) dias, através de depósito em conta corrente de titularidade da Contratada.

c) O Poder Executivo do Município de CAMOCIM DE SÃO FÉLIX, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 097, de 13 JULHO de 2023, que “Estabelece os procedimentos para a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a aquisição de bens ou serviços comuns pela administração pública municipal”, bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

d) Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 097/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765, da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

e) Na forma do art. 9º do Decreto Municipal n. 097/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 13 de julho de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

§ 3º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 4º - O valor do presente Contrato só poderá ser reajustado após o período de 12 (doze) meses da data da contratação, conforme previsto no art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores. O reajuste do preço dos serviços será calculado pela variação do IPCA do IBGE ou outro índice que o substituir, entre a data de apresentação da proposta e o mês de reajuste.

§ 5º – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, nos termos do art. 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 6º - Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso provada, deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

§ 7º - Os pagamentos dos valores acima referidos também ficam condicionados à comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários pela Contratada, mediante a juntada simultânea dos seguintes documentos:

I - nota fiscal eletrônica original da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pelo do CONTRATANTE;



II - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº12.440/2011.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo serão oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

1 02.07 02.07.03 12.361.0007.2080.0000 3.3.90.39	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO IMPOSTO E TRANSF TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE SERV OPÚB MUNICIPAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1 02.08 02.08.02 12.361.0120.2274.0000 3.3.90.39	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO FUNDEB GESTÃO EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
1 02.07 02.07.04 12.361.0120.2272.0000 3.3.90.39	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO - RECURSOS MANUTENÇÃO DAS DESP VINCULADAS A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias consecutivos da comunicação escrita da Contratada, após verificação de conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência acostado ao processo administrativo;

II – Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que comprove a adequação dos serviços prestados aos termos contratuais, prazo este não superior a 05 (cinco) dias.



§1º - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da CONTRATADA, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 2º - A aceitação definitiva dos serviços não acarretará de modo algum a exoneração da **Contratada** da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

§ 3º - A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Contrato serão exercidos pelo servidor José Carlos de Lemos de a quem compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução da prestação dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo dará ciência à Contratada, conforme determina o art. 117 da Lei n 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do CONTRATANTE:

- I - Efetuar o pagamento na data e na forma prevista no presente contrato;
- II - Permitir o livre acesso do pessoal técnico da CONTRATADA as suas dependências com o objetivo da execução de serviços, instalação, manutenção e/ou atualização dos softwares;
- III - Proporcionar ao pessoal técnico da CONTRATADA toda a assistência e as facilidades operacionais necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes ao presente contrato, inclusive indicar servidor ou prestador de serviços para esclarecer dúvidas fáticas e/ou históricas que eventualmente venham a surgir no curso da prestação dos serviços objeto do presente;
- IV - Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- V - Notificar a CONTRATADA imediatamente, por ofício, sobre as faltas e defeitos na execução dos serviços; e
- VI - Nomear um representante para acompanhamento e fiscalização deste contrato, nos termos do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- IX - Não transferir para outro as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à **Contratada**:

I - Responsabilizar-se pela execução dos serviços solicitados, estando sob suas custas com fretes, mão de obra, taxas, tributos ou demais despesas que incorram para a perfeita execução do fornecimento.

II - Aceitar os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério do CONTRATANTE, observando-se o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e respeitadas os limites de valores da modalidade estabelecidos na Lei 14.133/2023 e demais normas aplicáveis.

III - A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente contrato, nos termos do art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.



IV – Nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **Contratada** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 1º - É expressamente vedado à Contratada a subcontratação no todo ou em parte do objeto do presente contrato.

§ 2º - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que possam vir a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, bem como por quaisquer danos diretamente causados pelos mesmos Contratante ou a terceiros, de toda e qualquer reclamação relativa a esses eventos, sejam eles por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, de sua parte, de seus representantes ou prepostos na prestação dos serviços contratados;

§ 3º - Obriga-se a **Contratada** a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas por ocasião da instrução do processo de Dispensa.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 162 e 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I – Pelo atraso na execução, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço;

II – Pela recusa em efetuar o serviço, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço;

III – Pela demora em corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço, por dia decorrido;

IV – Pela recusa da Contratada em corrigir falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do serviço rejeitado;

V – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.



§ 1º - As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 2º - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 3º - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

§ 4º - O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Camocim de São Félix/PE, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

§ 5º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à **Contratada** as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) advertência por escrito;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar para licitar ou contratar com o Fundo de Saúde de Camocim de São Félix/PE, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes;

§ 7º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 8º - Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade à Contratada, será assegurada à mesma o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 173 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

- a) Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 104, I, c/c art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Não sendo permitida esta a Contratada, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.
- b) Por ambas as partes: a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

§ 1º - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a IX, art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos serviços já prestados e aceitos comprovadamente.



§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I a V, § 2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

§ 3º - A Contratada reconhece o direito do Contratante de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos corretamente executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Conforme disposto no art. 94, Lei Federal nº 14.133/2021, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no local de costume, correndo à conta da Prefeitura de Camocim de São Félix/PE a respectiva despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do art. 146 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei 4.320/64.

Sob o pálio do art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica eleito o foro da Comarca de Camocim de São Félix-PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Camocim de São Félix/PE, ____ de ____ de 2025.

29-12-1953

PREFEITURA DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE
George Do Carmo Bezerra
Prefeito – Contratante

(INSERIR RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
(INSERIR REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

